

*Ação coletiva, oportunidade política
e identidade docente nos jogos de poder:
Um ensaio a partir dos movimentos
docentes brasileiro e português*

Libania Xavier¹

Este texto aborda as perspectivas teóricas e as possibilidades de análise empírica que emergiram da pesquisa sobre diferentes modelos de associativismo docente que tiveram curso no Brasil e em Portugal, durante o período de *transição democrática* das décadas de 1970-1980.² As análises realizadas tiveram como eixo o entendimento dessas associações do ponto de vista de suas relações com a *estrutura das oportunidades políticas*, bem como das bases que orientaram a construção de novas *identidades profissionais* por meio delas, conforme demonstraremos a seguir.

Em que pesem as críticas dirigidas ao conceito de *estrutura das oportunidades políticas* – em razão da ênfase na dimensão política em detrimento da análise da cultura e da dimensão simbólica –, consideramos que ele pode ser fértil para arti-

1 libaniaxavier@hotmail.com.

2 A noção de transição democrática leva em consideração as ponderações de Leonardo Avritzer (“Cultura política, atores sociais e democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 10, n. 28, jun 1995) que problematiza o termo, propondo que se amplie os marcos nos quais a democracia é pensada para além dos processos de continuidade e ruptura, de modo a perceber a transição de um sistema democrático-elitista instável para um sistema democrático mais institucionalizado e participativo, no qual a sociedade civil e os atores políticos democráticos desempenham papel de relevo.

cular a análise dos movimentos associativos docentes com as transformações políticas e sociais ocorridas no contexto em questão. Entendemos que as fraturas no equilíbrio de poder, tal como ocorreu no contexto dos anos 1970 nos dois países (e em outros países da América Latina e da Europa), favoreceram a emergência de diversos movimentos sociais, inclusive da mobilização coletiva dos professores das escolas públicas.³ Para Sidney Tarrow,⁴ as estruturas de oportunidades políticas são dimensões que podem estimular ou restringir a capacidade de mobilização social, gerando incentivos à formação de organizações civis. Nesse sentido, alguns aspectos podem influenciar o aparecimento de ações coletivas no âmbito da sociedade civil, tais como a abertura política do sistema, as mudanças no apoio a movimentos sociais por parte das elites e a propensão estatal para a repressão. Portanto, as alterações no equilíbrio das relações de poder entre as elites, o Estado e a sociedade civil ganham relevância para o nosso estudo. Partimos da hipótese de que as transformações políticas que marcaram a década de 1970 nesses países propiciaram avanços no processo de construção de uma identidade mais autônoma pelos professores, permitindo-lhes construir novas dinâmicas no campo das relações de poder, dentro e fora das instituições escolares, ora confrontando ora negociando com as instâncias governamentais. Ao estudarmos o associativismo docente no quadro dos movimentos sociais, nós nos beneficiamos da leitura de Maria da Glória Gohn,⁵ logrando formular os seguintes níveis de indagação, seja do ponto de vista teórico-metodológico, seja do ponto de vista empírico descritivo e analítico compreensivo:

- ◇ Como conceber o termo associativismo docente?
- ◇ Que referenciais considerar para o seu estudo?
- ◇ Com que autores e tradições de pesquisa dialogar?
- ◇ Como descrever os movimentos e associações docentes empiricamente?
- ◇ Em que espaços e tempos?
- ◇ Que experiências associativas selecionar?
- ◇ Com que critérios?

3 No contexto em tela, a mobilização dos professores das escolas públicas – brasileiras e portuguesas – é coetânea dos movimentos de oposição aos regimes autoritários vigentes: o Estado Novo em Portugal (1933-1974) e o regime militar no Brasil (1964-1985).

4 S. Tarrow, *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis, Vozes, 1998.

5 M. da G. Gohn, *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo, Loyola, 2008.

- ◇ Quais são as principais formas de organização associativa dos docentes e como estas se estruturam?
- ◇ Que fatores propiciaram a sua gênese e consolidação?
- ◇ De que estratégias o grupo lançou mão para construir uma *nova* identidade coletiva?
- ◇ Que ações mobilizaram para estreitar a comunicação *inter pares*, assim como com as instâncias governamentais?
- ◇ O que se pode concluir a respeito do impacto das diferentes modalidades de associativismo docente: na configuração da carreira de suas lideranças e/ou de seus militantes; nas políticas de Estado; na organização e funcionamento das escolas; na legitimação intelectual do campo e de seus profissionais?

No Brasil, assim como em Portugal, as bandeiras da universalização do ensino público e da democratização da sociedade, aliada à expectativa de despertar a consciência política dos professores aparece, na década de 1970, em paralelo com a defesa da ampliação dos espaços de exercício da autonomia na vida política nacional. Do ponto de vista das relações intergrupos, é interessante assinalar a percepção expressa por algumas lideranças dos movimentos sindicais em entrevistas concedidas à equipe de pesquisa de que, para além da luta política, as associações sindicais também funcionam como espaços de sociabilidades e, ainda, de *autoformação*,⁶ seja no sentido da socialização política compartilhada pelas lideranças e pelos militantes regulares do movimento, seja de modo estritamente profissional, como espaços de intercâmbio profissional e, em alguns casos, de formação continuada. Tal perspectiva chamou a nossa atenção para o estudo das associações profissionais e científicas, entendidas – e explicadas – como modalidades diferenciadas das associações sindicais em suas estratégias e objetivos, ampliando, assim, os horizontes da análise empírica.

Associativismo docente e produções identitárias nos jogos de poder

O termo *associativismo docente* é abrangente, pois envolve toda forma de organização coletiva dos professores na defesa de seus interesses em diversas esferas da vida social. Com relação à origem das associações, é justo situar a sua emergên-

6 Estamos entendendo o termo *autoformação* como todo processo realizado por iniciativa individual ou coletiva dos professores no qual eles reconheçam ocorrer a aquisição de conhecimentos relevantes para o seu exercício profissional.

cia na confluência entre um vazio de controle social e o desejo de mudança. No que tange às associações profissionais, estas podem ter, em sua origem, uma motivação marcada pela posição de confronto, concorrência ou negociação em relação ao poder do Estado. As características que acabamos de enunciar também se aplicam às instituições de caráter científico, constituindo atributos muitas vezes ambíguos no que se refere às suas relações com as autoridades governamentais, bem como no que se refere aos seus objetivos e estratégias de legitimação. As associações profissionais observadas se organizaram, em sua maioria, entre as décadas de 1960 e 1980,⁷ contudo, não serão objeto de análise no presente momento. No contexto privilegiado pela pesquisa, o associativismo sindical entre os professores das escolas públicas se institucionaliza nas décadas de 1970-1980 em ambos os países, como uma organização cujo alvo foi confrontar o poder do Estado com vistas a reduzir os mecanismos de controle do governo sobre o grupo profissional e aumentar a margem de autonomia política dos professores.

No Brasil, a década de 1930 marca o esforço de fundação e controle sobre as organizações sindicais promovido pelo governo Vargas. Já a década de 1970 traz à cena o chamado *novo sindicalismo*. Nesse contexto, a perspectiva de formação de uma entidade sindical em nível nacional se fez presente em diversas categorias profissionais, estando ligada, ainda, aos movimentos de oposição ao regime militar. Entre os vários aspectos que marcaram a categoria dos professores públicos brasileiros no período, Amarílio Ferreira e Marisa Bittar assinalam o seu crescimento numérico em paralelo com o achatamento salarial.⁸ Premida pela rápida queda no seu padrão de vida e de trabalho, a categoria profissional dos professores públicos da educação básica desenvolveu, segundo os autores, uma consciência política que a situava no âmago do mundo do trabalho, incorporando a tradição da luta operária – nos marcos da expressão sindical – e assumindo uma identidade de oposição ao próprio regime.

No caso português, o processo de quebra do equilíbrio de poder e de geração das oportunidades políticas também se situa cronologicamente nos anos 1970. João

7 Em Portugal, as associações profissionais observadas foram as seguintes: Movimento da Escola Moderna (criado em 1965); Associação de Professores de Português (1977); Associação de Professores de História (1981); Associação de Professores de Matemática (1986). No Brasil, as fronteiras entre associações científicas e de professores (ou de ensino) da educação básica não são tão demarcadas, ocorrendo, muitas vezes, na mesma organização.

8 A. Ferreira & M. Bittar, *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*, São Paulo, Pulsar, 2006, p. 1.169.

Barroso destaca o *ciclo de evolução do sistema de ensino* que se inicia no 25 de abril de 1974 e se extingue progressivamente com a posse do primeiro governo constitucional, em 1976.⁹ O autor identifica quatro etapas distintas na evolução do ensino português em consonância com a conjuntura política, a saber: *revolução, normalização, reforma e descontentamento*. A mobilização dos docentes do ensino liceal (correspondente ao ensino médio, entre nós) teve nos Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (Gepdes) uma iniciativa que propiciou a sua organização coletiva.¹⁰

Como indica Marco Antonio Peruso,¹¹ os estudos sobre movimentos sociais urbanos desenvolvidos no Brasil nas décadas de 1970-1980 apontam para a clivagem que se estabeleceu – tanto no âmbito da produção acadêmica como no das práticas políticas – entre o novo e o velho sindicalismo.¹² Em suas grandes linhas, o *velho sindicalismo* caracteriza-se como herdeiro de uma prática política de tipo populista e de uma estrutura sindical de feição corporativista; operando estratégias de obtenção de benefícios materiais e de projeção social com base em uma estreita aproximação com o Estado e as elites, ou seja, às custas de sua fraqueza como organização e movimento social, tornando-se, cada vez mais, burocratizado, oligárquico e pouco representativo. Inversamente, o *novo sindicalismo* apresenta características tais como a capacidade de integrar questões econômicas, sociais e políticas em suas lutas, assumindo importância para o conjunto das classes populares; é autônomo e independente, erigido fora do âmbito estatal; contestador da legislação corporativa e

9 João Barroso, “Organização e regulação do ensino básico e secundário, em Portugal: Sentidos de uma evolução”, *Educação e Sociedade*, Vol. 24, n. 82, Campinas, 2003, p. 66. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a04v24n82.pdf>.

10 Os Grupos de Estudos representam a forma adotada por professores de vários pontos do país que se movimentaram no ano de 1970-1971, lutando pela estabilidade de emprego (84,2% dos docentes em exercício no país eram provisórios ou eventuais e não tinham garantia de emprego e apenas ganhavam durante nove ou dez meses por ano), por um estatuto dignificado, o direito de associação. A primeira reunião nacional dos Gepdes teve lugar em Coimbra, em 6 de março de 1971 e a ela se seguiram outras 39 realizadas em diversas cidades até 28 de abril de 1974. Cf. José Manuel Resende, *O engrandecimento de uma profissão: Os professores do ensino secundário público no Estado Novo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

11 M. A. Peruso, *Em busca do novo: Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-1980*, São Paulo, Ana Blume, 2009.

12 Entre os principais autores desse grupo, destacam-se: Leôncio Martins Rodrigues, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Eder Sader e Wilma Mangabeira. Cf. M. A. Peruso, op. cit.

da estrutura sindical, inclusive da Justiça do Trabalho e dos sindicatos burocráticos e assistencialistas, defendendo o direito irrestrito de greve e a liberdade sindical.

A qualificação das práticas e estruturas do sindicalismo brasileiro, em particular entre os operários, com base na diferenciação entre o *velho* e o *novo sindicalismo* é tributária de um repertório que permite classificar, hierarquizar e diferenciar os modelos de mobilização coletiva dentro de uma mesma modalidade associativa: a sindical. Da mesma forma, permite-nos identificar até que ponto as análises sobre os movimentos coletivos articulam-se com o contexto em que são desenvolvidas, expressando o debate teórico e o modo como os referenciais dominantes acompanharam as expectativas políticas do momento, expressas, no caso em estudo, pela crítica ao chamado *peleguismo* e *corporativismo* e pela valorização dos sindicatos autônomos e críticos das estruturas políticas vigentes. A clivagem entre o *velho* e o *novo* sindicalismo também opera a construção de identidades próprias aos movimentos e associações, bem como aos indivíduos a eles associados, hierarquizando seu valor e abalizando as suas contribuições para as mudanças sociais desejadas. No âmbito da produção acadêmica, os efeitos das operações simbólicas contidas nesta clivagem se refletem na preferência pelo estudo dos sindicatos enquadrados na classificação *novos*, relegando ao esquecimento o estudo dos sindicatos corporativos e assistencialistas e das demais formas de associação.¹³

Conforme observou Jean-Pierre Rioux,¹⁴ as diversas formas de associativismo podem ser vistas como indicadoras de processos de mudança social, revelando as relações entre poderes constituídos e intermediários; instituições herdadas e novas aspirações, ideais coletivos e tensões singulares. Dessa maneira, atendem à necessidade de estabelecer um novo tipo de controle social, capaz de redefinir o lugar do grupo profissional na sociedade ou de estabelecer novos parâmetros de relaciona-

13 Balanço de teses e dissertações sobre sindicalismo docente realizado por Julián Gindin (“Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil”, in *Anais do Seminário para discussão e constituição da rede de pesquisadores*, Rio de Janeiro/Brasília. Iuperj/UFRJ/UnB, 2009, disponível em <http://nupet.iuperj.br/rede/seminario2009.htm>) identifica o predomínio de estudos que se configuram como memória de experiências sindicais fundadoras do ponto de vista regional, ao lado daquelas que abordam questões ligadas ao debate político originário das hostes sindicais, tais como a questão da origem de classe dos professores. O autor destaca que a maior parte desta produção volta-se para o estudo de temas ligados à experiência político-sindical dos próprios pesquisadores, o que explicaria, ao menos parcialmente, o seu caráter militante.

14 J.-P. Rioux, “A associação em política”, in R. Rémond, *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FGV, 1996.

mento com os poderes constituídos em relação à sua esfera de atuação. Mobilizam, também, variadas formas de ação coletiva, tendo em vista o seu estado de organização e os recursos disponíveis assim como as suas metas. Nessa linha, as associações assumem papéis multidimensionais e, muitas vezes, ambíguos, pois, ao mesmo tempo, opõem-se e participam, prestam serviços e defendem ideias, substituem o setor público em crise e exercem contrapoderes, constituindo-se em lugar de emergência e de conservação das sociabilidades e, ao mesmo tempo, acionando mecanismos de disputa de poderes e de busca de novas legitimações. Ao aplicar estas observações ao nosso estudo, passamos a perceber as ações coletivas e as associações docentes como resultado, mas, também, como fatores atuantes na conformação das identidades dos professores, bem como na regulação de suas carreiras profissionais.

Assim como os estudos sobre esses movimentos e seus atores lhes atribuem certas qualidades, também as ações, movimentos e organizações associativas operam mudanças nas identidades profissionais. No caso das associações docentes de caráter sindical, percebe-se que essas procuraram redirecionar os fundamentos das identidades dos professores de modo a promover o engajamento nas lutas políticas do momento, indo além daquelas atinentes à gestão de sua carreira profissional. Com base em entrevistas com dirigentes e militantes sindicais, Márcia Ondina Ferreira assinala que parte dos professores sindicalizados identifica-se como trabalhadores porque isso indica um posicionamento de esquerda que associa a condição de *trabalhador* com a função *intelectual* que o magistério exerce.¹⁵ Assim, conclui que a imagem *proletária* convive com o desejo de *profissionalização*, o que demonstra que essas identidades não são necessariamente excludentes.

Partindo do princípio de que as identidades – profissionais – são o resultado, a um só tempo, estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as suas instituições, Claude Dubar sugere que o sindicalismo pode construir, por exemplo, um aparelho de socialização secundária que permita a transformação das identidades dominadas em identidades militantes, resistindo à dominação e contribuindo para a produção de novas regras em jogo.¹⁶ Por outro lado, Martin Lawn considera que a gestão da identidade dos professores pelo Estado se

15 M. O. V. Ferreira, “Somos todos trabalhadores em educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas”, *Educação e Pesquisa*, Vol. 32, n. 2, São Paulo, maio-ago 2006, p. 235.

16 C. Dubar, *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 128.

realiza por meio de suas leis e regulamentos; de seus discursos e intervenções na mídia; dos programas de formação, certificação e qualificação profissional; das políticas de publicação dirigidas ao magistério, dentre outras formas de intervenção.¹⁷ Conforme observa o autor, tal produção é móvel e flexível o suficiente para se adaptar aos projetos políticos em curso, assim como para recompor o controle do Estado sobre as ações e o trabalho docente. Nessa perspectiva, os professores tornam-se parte importante do projeto educativo das instâncias governamentais e podem aparecer como sombras, representantes ou sujeitos. Aparecem em destaque quando, em razão de evidências de perda do controle sobre suas ações, instaura-se na sociedade um *pânico moral* em torno às influências e ao poder desse grupo profissional sobre as crianças e os adolescentes, ou seja, sobre a parte fraca da sociedade.

Sabemos, contudo, que outros agentes também concorrem para a definição das *fronteiras identitárias* dos professores, tais como os proprietários de escolas privadas, os intelectuais autorizados a opinar sobre o *ofício* docente, a grande imprensa e os próprios professores, além de suas organizações coletivas. Dessa maneira, interessa-nos analisar a chamada *zona de negociação* em meio às estratégias de construção identitária operadas pelas organizações coletivas dos professores e a gestão de outras organizações – como o Estado e a imprensa, por exemplo – sobre a identidade deste grupo profissional. Por essa via, esperamos identificar a existência de um espaço de autonomia, cujas fronteiras, até certo ponto, ficam protegidas do controle oficial, podendo promover a adesão, impor limites ou simplesmente rechaçar as suas intervenções. O que se coloca, então, como objeto de análise, são os processos de produção das identidades docentes; os móveis de sua aceitação e durabilidade, bem como os mecanismos de manutenção e controle de suas fronteiras ou de resistência e subversão.

Assim, o desenho da análise aqui proposta pode acompanhar as intervenções produzidas no nível simbólico por meio dos discursos produzidos *de fora* – pela imprensa, por exemplo – dirigidos a este grupo profissional, bem como pode tomar como base os discursos autorreferenciados, produzidos *dentro* das associações coletivas a partir da análise de seus impressos e de outros meios de veiculação das identidades autoproduzidas nesses espaços. Tal exercício impõe a recusa à ideia de que existe uma *cultura docente* homogênea e, da mesma forma, incita-nos a revogar algumas certezas, muitas vezes naturalizadas, tal como a de que existe uma relação direta e exclusiva entre posição social e produção de identidades profissio-

17 M. Lawn, “Os professores e a fabricação de identidades”, in A. Nóvoa & J. Schriewer (eds), *A difusão mundial da escola*, Lisboa, Educa, 2000.

nais, optando por observar o seu processo de formação grupal intermediado pelo contexto político (compreendido em termos de relações de poder), pelas ambiências institucionais e pelas ações individuais. Tais perspectivas direcionam o foco de análise para a observação dos processos por meio dos quais se operam as relações de concorrência, de solidariedade, de aliança ou de oposição dos professores entre si, entre as suas associações e destas com os poderes constituídos. Temos como certo que a participação em movimentos e ações coletivas é parte de uma experiência que contribui para a redefinição e a constituição de novas identidades – no âmbito pessoal, profissional, político e afetivo. A esse respeito, as observações expressas pelos professores entrevistados destacam a importância por eles atribuída à participação em associações coletivas em todas as dimensões anteriormente assinaladas, o que pudemos confirmar com base no estudo de Cláudia Vianna.¹⁸

As operações simbólicas como tópicos do repertório de ações coletivas

Um dos eixos que tem orientado a busca de fontes empíricas e de referências teóricas para o presente estudo prioriza a observação do trânsito de professores entre diferentes associações. Muitas vezes vistas como opostas, estas associações, quando analisadas em relação umas com as outras, podem evidenciar um somatório de esforços e uma espécie de *metamorfose* dos movimentos docentes, configurados e reconfigurados em relação às condições conjunturais e contextuais, bem como a partir das estratégias mobilizadas por indivíduos e grupos no intuito de institucionalizar ou recriar em novas bases as estratégias coletivas de legitimação profissional. Nesse aspecto, o estudo das trajetórias de vida dos professores pode ser revelador das interseções entre espaços associativos singulares, mas que, articulados, compõem um campo de atuação abrangente e diversificado.¹⁹

18 C. Vianna, *Os nós do nós: Crise e perspectiva de ação coletiva docente em São Paulo*, São Paulo, Xamã, 1999.

19 Um exemplo dessa interação é a participação de militantes do Sindicato das Escolas Privadas (Sinpro-Rio) na fundação do Sindicato de Professores das Escolas Públicas do Rio de Janeiro. O contexto português nos remete à liderança de Rui Grácio num curso de aperfeiçoamento profissional no Sindicato Nacional dos Professores, nos anos 1960, que poucos anos depois, por obra de um grupo ex-cursistas, deu origem a outra associação docente de caráter profissional: o Movimento da Escola Moderna (MEM).

As fontes levantadas para a pesquisa, até o presente momento, demonstraram a presença de estratégias particulares por parte das organizações sindicais de professores. No Brasil, verifica-se o recurso à greve e a manifestações públicas, enquanto em Portugal destaca-se a *tomada de poder* nas escolas secundárias. Nesse aspecto, a ebulição política desencadeada pelo movimento revolucionário adentrou as escolas portuguesas, sendo estas transformadas em espaços de recriação política e pedagógica. No que tange às greves e manifestações de protesto, destacou-se o recurso aos jornais cariocas, utilizados como instrumento de mediação entre as demandas dos professores e a chamada *opinião pública*. Nesta condição, os jornais ora exerceram pressão sobre as autoridades governamentais, ora acionaram o *pânico moral* da sociedade ante as demonstrações de rebeldia dos professores. Ao trabalharmos com a chamada grande imprensa, nosso interesse foi analisar o seu papel como instituição de controle social e de comunicação coletiva, que exerce força política e atua como mediadora social. Dessa maneira, o jornal se apresenta como espaço aberto e, ao mesmo tempo, sujeito aos interesses dos distintos grupos que buscam *formar e informar a opinião de seus leitores*, atuando sobre a seleção, hierarquização e difusão das informações de interesse da população. Dessa maneira, a imprensa logra exercer certo controle sobre a gestão dos interesses públicos, plasmando no leitor, individualmente, e na chamada *opinião pública*, em geral, uma visão do mundo tanto mais duradoura quanto mais *isenta* for a maneira com que esta venha a ser apresentada.

Uma série de reportagens publicadas no jornal *O Correio da Manhã*,²⁰ em novembro de 1956, buscou oferecer respostas *ao porquê da greve dos professores das escolas secundárias do Rio de Janeiro*. Nestas, o jornal exaltou a iniciativa privada e apresentou suas críticas à política oficial, denunciando a inércia do Ministério da Educação em repassar recursos suficientes para as escolas secundárias (católicas, em sua maioria). Porém, não hesitou em reforçar os tabus negativos em torno da figura do professor. Ao deslegitimar a ação grevista, o jornal ora destaca a infiltração da política como força *revolucionária e desestabilizadora da ordem*, ora denuncia o *extremismo* de uma categoria de *intelectuais* que, em lugar de

20 Fundado em 1901, *O Correio da Manhã* apresentou-se como um jornal sem compromissos partidários, mas afinado com a defesa dos interesses das massas e os direitos do povo. De linha liberal, o jornal condenou o avanço esquerdista no governo João Goulart e apoiou o movimento político-militar de 1964. Porém, em seguida, passou a denunciar as arbitrariedades do governo. Enfraquecido por crises financeiras e intervenções externas, foi extinto em julho de 1974. Cf. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, Rio de Janeiro, FGV, 2001.

recorrer aos recursos jurídicos institucionalizados, opta pelo *recurso extremo da greve* para fazer valer as suas reivindicações.²¹

Em outro contexto, foi possível observar a reação contrária ao movimento grevista manifestada pelo *Jornal do Brasil (JB)*,²² no período de março a agosto de 1979. Com o recrudescimento dos movimentos grevistas de categorias diversas em vários estados do país, o *JB* passou a tratar a greve dos professores do Rio de Janeiro como o indício de uma conspiração sindical no país. Como é fácil perceber, os títulos dos editoriais – “Greve pela greve”; “Atitude inoportuna” e “Intenção oculta”²³ – qualificavam o movimento como expressão do processo de radicalização política, que, tomando a *greve pela greve*, ou seja, essencialmente como bandeira de oposição ao governo – esta seria a intenção oculta – desconsiderava as dificuldades financeiras do estado e a disposição do governo em negociar uma solução para a crise – consubstanciando uma *atitude inoportuna*. Outro editorial, intitulado “Em tempo”²⁴ cobrava do governo uma atitude mais ativa diante do movimento grevista, invocando o cumprimento da lei constitucional que proibia a greve de funcionários públicos.

Outra greve dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro teve início em julho de 1988, período de reestruturação da vida democrática, marcado pela convocação da Assembleia Constituinte. Em sintonia com o contexto, esta greve recebeu uma cobertura mais receptiva, tendo em vista, também, o seu caráter espetacular – pontuado por grandes manifestações públicas – e o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de lideranças dos partidos de oposição como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A greve por tempo indeterminado empunhou como reivindicação principal a reposição das perdas salariais da categoria,²⁵ paralisou cerca de 140 mil professores e 60 mil empregados

21 “Retrato atual do ensino médio”, *O Correio da Manhã*, 18 nov 1956; “A centralização do ensino médio”, *O Correio da Manhã*, 22 nov 1956.

22 O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891, apresentando-se como órgão de posições moderadas, porém crítico ao governo instalado com a proclamação da República. Passou por várias fases e direções até que, em 1961, sob a direção de Alberto Dines, o *JB* consolidou o seu papel de formador de opinião política, mantendo, contudo, os quatro pilares que sustentavam as suas posições como órgão católico, liberal-conservador e defensor da iniciativa privada. Cf. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, op. cit.

23 *Jornal do Brasil*, 20 mar 1979; 24 jul 1979 e 01 ago 1979, respectivamente.

24 *Jornal do Brasil*, 07 ago 1979.

25 As reivindicações salariais giravam em torno de 170% de reajuste e fixação de um indexador para os aumentos salariais fornecido pelo Departamento Intersindical de

de apoio e teve três meses de duração – de 3 de junho a 10 de setembro de 1988. Neste período ocorreram cerca de dez manifestações públicas de protesto contra as quais foram mobilizados policiais militares ostensivamente armados. A imprensa deu ampla cobertura ao movimento grevista, acompanhando dia a dia as constantes manifestações da categoria, a posição do governo e as reações da sociedade. Na agenda dos quase 90 dias de greve, as notícias veiculadas nos jornais *O Dia*²⁶ e *O Globo*²⁷ registram as repercussões do movimento, como se pode comprovar nas informações extraídas de reportagens sobre as manifestações públicas dos professores reproduzidas a seguir:

Logo no sexto dia de greve, cerca de cinco mil professores e alunos de escolas estaduais fizeram passeata saindo do Largo do Machado até o Palácio Guanabara. Um forte aparato policial composto por 200 soldados da Polícia Militar e 30 homens da Guarda Palaciana rechaçou com violência a passagem dos manifestantes (*O Globo*, 18 e 19 jun 1988).

Seis dias após a primeira tentativa, nova manifestação reuniu cerca de quatro mil profissionais da educação que, novamente foram realizar protesto em frente ao Palácio Guanabara. [...] Uma verdadeira praça de guerra foi montada pela PM com cerca de 400 homens posicionados pelas imediações em pontos es-

Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos (Dieese), com base no índice de preços ao consumidor (IPC).

- 26 *O Dia* foi fundado em outubro de 1951 por Antonio de Pádua Chagas Freitas, liderança do Partido Social Progressista (PSP) no Rio de Janeiro. Este jornal diário alcançou grande circulação, não só por dar destaque a crimes e notícias policiais, mas, também, porque foi o primeiro matutino a chegar às bancas antes da meia noite. Apesar de seu estilo populista, *O Dia* jamais encampou teses populares, sendo omissivo ou mesmo se opondo às reivindicações da classe operária e à autonomia sindical. No biênio 1997-1998, o jornal passou por um processo de modernização, adquirindo capacidade de alcançar uma tiragem de 600 mil exemplares nos dias úteis e um milhão nos fins de semana. Cf. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, op. cit.
- 27 Fundado 1925, *O Globo* se apresentou como jornal independente e isento em relação a interesses econômico ou político-partidários e devotado à defesa das causas populares. Durante toda a Era Vargas, o jornal fez oposição ao governo, chegando a mudar sua linha editorial frente à censura imposta pelo Estado Novo. Muito próximo da União Democrática Nacional (UDN) *O Globo* aderiu ao anticomunismo e apoiou o movimento político-militar de 1964. No que tange à Constituição de 1988, o jornal criticou o excesso de direitos sociais da mesma e, posteriormente, apoiou a medida provisória que regulamentava o direito de greve e definia os serviços considerados essenciais. Cf. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, op. cit.

tratégicos, bloqueando todos os acessos que levavam ao Palácio Guanabara. [...] Para demonstrar o caráter pacífico do movimento, algumas professoras aproximaram-se do cordão de isolamento da PM e atiraram flores brancas nos pés dos policiais, enquanto cantavam o Hino Nacional e a música de protesto de Geraldo Vandré – “Pra não dizer que não falei de flores” (*O Dia*, 24 jun 1988).

No vigésimo sexto dia de greve, cerca de cinco mil profissionais da educação participaram da passeata promovida pelo CEP. A passeata começou na Praia de Botafogo e terminou na Estação Carioca do Metrô, sendo acompanhada por aproximadamente mil policiais militares. [...] Quando esta alcançou a Rua Senador Vergueiro, a força das vozes ficou mais forte em função do eco provocado pela parede de prédios de ambos os lados da rua, de onde os moradores jogavam papel picado e aplaudiam os manifestantes. O Hino Nacional foi cantado pela primeira vez quando um helicóptero sobrevoou o local, sendo repetido quando os manifestantes passaram em frente à Secretaria de Educação (*O Dia*, 08 jul 1988).

As matérias relativas à greve dos professores estampadas nos jornais do Rio de Janeiro – em 1956, 1979 e 1988 – denotam o reforço de elementos identitários atribuídos às ações dos professores e ao comportamento que deles se esperava, como a ênfase no profissionalismo da categoria em oposição ao *politicismo* que imperaria em épocas de greve; a ideia de que os professores são encarados como modelos de conduta em relação a seus alunos e a sociedade como um todo ao lado da condenação pela quebra do contrato segundo o qual os professores devem se portar como exemplo moral da mocidade. Elas evidenciam, ainda, como é intrincado o campo de conflito. Por exemplo: as notícias relativas à greve dos professores secundários do Distrito Federal, realizada em 1956, apresentam a mobilização dos professores em luta contra os patrões, mas abrem muito mais espaço para expor as reivindicações e críticas dos proprietários de escolas privadas em relação às políticas de Estado para o setor do que propriamente para as reivindicações do magistério. Nessa mesma linha, as reportagens relativas à greve de 1979, ainda no contexto de vigência do regime autoritário – apesar dos sinais de *distensão democrática, lenta e gradual* – denunciam as *intenções ocultas* que, de fato, existiam no que tange à perspectiva de desequilibrar o governo, ampliar a participação popular e acelerar o processo democrático, mas que, na *opinião* dos jornalistas, não se coadunavam com as funções e expectativas nutridas em relação ao magistério.

As notícias relativas à greve de 1988 demonstraram que o sindicato também se utilizou da imprensa para ampliar a repercussão pública do movimento grevista e, ao mesmo tempo, para intensificar a pressão pelo atendimento de suas reivindica-

ções. O melhor exemplo do uso racional da imprensa foi o caráter espetacular que a greve de 1988 apresentou. Ao explorar simbologias arquetípicas, tais como as que se encontram contidas nas relações de força (policiais fortemente armados com escudos e cassetetes) e delicadeza (professoras depositando flores nos pés dos policiais); o sentimento nacionalista despertado pela entoação coletiva do hino nacional e outros aparatos simbólicos, o movimento se fez noticiar, adquiriu visibilidade e mobilizou o debate em torno de suas reivindicações, ao mesmo tempo em que denunciou o tratamento truculento dispensado pelo governo.

Por seu turno, a análise dos impressos de associações sindicais, em particular as publicações que estiveram na origem dessas organizações, revelaram-nos a intensa circulação de ideias políticas, com destaque para a divulgação dos projetos socialistas de transformação das realidades nacionais, ao lado da divulgação de notícias das lutas, dos direitos e das conquistas dos trabalhadores contra a sobrevivência dos regimes autoritários em países da América e da Europa. Difundiram, também, notícias sobre os modelos educativos adotados em países de regime socialista ou não alinhados com os países capitalistas hegemônicos, tal como pudemos verificar por meio da análise da *Revista O Professor*.²⁸

Os impressos produzidos pelas diferentes modalidades de associação docente oferecem um rico manancial de informações sobre as estratégias simbólicas operadas por essas associações com vistas a constituir um *campo de identificação* por meio de temas de interesse do grupo profissional. Estes têm funcionado como instrumento primordial para a difusão de ideias, interpretações da realidade e proposições de luta pela mudança a partir das quais o trabalho de militância – política, cultural ou profissional – se define e se afirma, bem como promove a incorporação de novos adeptos, ao mesmo tempo em que, sistematicamente esclarece e organiza a luta.²⁹

28 O veículo de divulgação dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, o *Boletim*, depois transformado em *Revista O Professor*, circulou entre 1971 e 1976, definindo, ao longo do tempo, as seguintes seções: “Correio”, “Nacional”, “A nossa opinião”, “Sindicalismo”, “Internacional”, “A educação no mundo”, “Ciência da educação”, “Legislação”. Cf. *O Professor*, n. 9-10, jul 1975. Sobre os impressos veiculados pelo Sepe, cf. L. N. Xavier, B. Salomão & V. Alimandro, “Os impressos como elo de ligação entre o sindicato e as escolas”, *Atas do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, SBHE, 2008.

29 Merece registro o interesse pelos impressos pedagógicos recentemente demonstrado por pesquisadores europeus, entre eles Pierre Caspard, na França, com a publicação de *La presse d'éducation et d'enseignement. Répertoire analytique XVIII^{ème} siècle-1940*, e Antonio Nóvoa, em Portugal, com a publicação de *A imprensa de educação e ensino – Repertório analítico (séculos XIX-XX)*.

Como observou Ana Lúcia Fernandes,³⁰ os impressos ligados aos professores podem ser entendidos como núcleos de informação, já que mostram maneiras de produzir e difundir discursos. A autora assinala ser ponto pacífico que as notícias, os artigos dirigidos aos professores e as polêmicas subsequentes a estes ajudam a configurar um painel mais vivo e revelador das ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes que lhes dão sustentação. Revelam, ainda, o lugar que os impressos ocupam na comunicação dos discursos, buscando simultaneamente responder às necessidades do contexto histórico institucional e local e acompanhar os grandes acontecimentos internacionais.

Por sua quantidade e variedade, o cruzamento de diferentes tipos de impressos produzidos por uma mesma associação pode nos oferecer um panorama amplo e complexo das diversas ações mobilizadas em um contexto determinado. No caso das associações profissionais e científicas, os impressos permitem-nos perceber as grandes questões que se tornaram alvo do debate intelectual que marcou o desenvolvimento e a institucionalização de determinadas disciplinas e áreas de conhecimento, assim como pode revelar as tensões que acompanharam o processo de profissionalização e de legitimação intelectual dos professores, dentro e fora de seus espaços associativos preferenciais.

Sobre os impactos dos movimentos associativos

O cruzamento das entrevistas com a análise dos impressos produzidos por estas associações revelou a estreita relação entre a produção de um conjunto de publicações relativas à situação da educação portuguesa no período em tela, ao lado de publicações – de época e de relatos de memória – centradas na compreensão da própria história do movimento docente naquele país. Este conjunto de publicações, que, à primeira vista, cumpre um papel de informação e propaganda, acaba por promover, também, a projeção intelectual de seus autores, configurando uma área de estudos e de produção de saberes específicos sobre a educação portuguesa. Refiro-me aos estudos centrados na história da educação, por um lado, e às análises

30 A. L. C. Fernandes, “O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: Apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação”, in A. Magaldi & L. Xavier, *Impressos e história da educação: Usos e destinos*, Rio de Janeiro, Sete Letras, 2008, p. 16.

sobre políticas educacionais, de outro, configurando um campo de conhecimentos materializado em publicações autorais – dos protagonistas desses movimentos – sobre a conjuntura política e a estrutura educacional do país.³¹

Entre as lideranças docentes brasileiras, as entrevistas destacaram a abertura profissional (e pessoal) proporcionada pela participação nas associações sindicais. A projeção social, intelectual e política alcançada por algumas das lideranças entrevistadas estimulou o ingresso na carreira universitária, implicando em uma ascensão profissional, ao mesmo tempo em que garantiu a continuidade da participação política, a partir de outro espaço de atuação. Do ponto de vista dos militantes regulares, destacam-se o capital social adquirido, bem como um conjunto de concepções que dão base a um sentimento de independência em relação às tensões características do trabalho docente, algo como a crença de que é sempre possível intervir – coletivamente – para modificar condições adversas.

Chega-se assim, à questão da autonomia como um valor crucial na construção da identidade dos professores, traduzida em termos de independência intelectual e da autorregulação de suas atividades. Em Portugal, o processo revolucionário que culminou com o chamado *25 de abril de 1974* desencadeou uma sucessão de experiências de autogestão nas escolas públicas, em particular nos liceus, introduzindo experiências que influenciaram a organização escolar e a legislação educacional no período posterior. O depoimento professora Eduarda Dionísio, reproduzido abaixo, demonstra o grau de participação nos liceus portugueses após o 25 de abril de 1974:

Foram muitos os professores que não quiseram férias em 1974. Tomaram revolucionariamente para si as tarefas que anteriormente cabiam ao reitor e às secretarias – matrículas, horários, organização da escola. Tratava-se de, quando o “Ano letivo nº 1 da Era da Revolução” se iniciasse, ter, entre as mãos, uma nova escola. [...] Quando as férias terminaram as turmas eram mistas, a distribuição dos alunos nas turmas visava combater a seletividade, faziam-se reuniões de turma com todos os professores e alunos que se aproximavam de “assembleias” com mesas, propostas, inscrições, votações, ata etc. [...] Março de 1975: muito se tinha andado desde abril de 1974. Era normal tratar-se na escola do que se passava fora dela. A fórmula da assembleia pas-

31 No contexto português, a *Revista O Professor* divulgava livros sobre a conjuntura política e educacional que logo se esgotaram e foram reeditados posteriormente, se constituindo em fonte de memória e base para o desenvolvimento de estudos posteriores. No Brasil, os levantamentos realizados até agora sugerem a existência de uma produção acadêmica mais tardia proveniente da inserção desses protagonistas nos cursos de pós-graduação e na vida universitária.

sou para muitas aulas. [...] Não havia rotina nas escolas. As aprendizagens a custo se centravam nas “matérias”. O ano letivo de 1974-1975 havia sido profundamente agitado, também, por ações violentas de estudantes de direita que andavam de escola em escola. As interrupções de aulas eram constantes, as reuniões cada vez menos participadas, greves cada vez mais frequentes.³²

Para complementar o quadro acima descrito, os professores entrevistados destacaram as *práticas de saneamento*, levadas a efeito nas escolas e em outras instituições portuguesas. Por meio delas, tratou-se de destituir dos cargos de direção, coordenação, supervisão etc. aqueles que estiveram no poder até o movimento de abril de 1974, realizando eleições diretas (em cada escola) para a indicação de novos nomes, considerados legítimos, para ocupar estes postos. É digna de nota a observação de Antonio Teodoro,³³ assinalando que, no processo de redemocratização da sociedade portuguesa, o controle do Estado perde sua força ante as escolas, onde as nascentes estruturas sindicais dos professores começavam já a assumir um papel de destaque no campo escolar, ora se antecipando, ora se recusando a aceitar quaisquer normatizações oriundas do Estado, contrariando, dessa forma, as expectativas de promover uma *transição controlada*, por parte dos governos provisórios que se sucederam até 1976. Cabe destacar com este autor que, nos trabalhos sobre a revolução portuguesa de abril, existe um assinalável consenso sobre duas de suas características marcantes: 1. a existência de forte movimento social popular, que impulsionou as principais transformações verificadas na sociedade portuguesa; e 2. a paralisia generalizada no seio das estruturas do aparelho de Estado, em resultado da luta pelo seu controle político.³⁴

São esses dois aspectos relevantes para compreendermos os processos nos quais se deu a ruptura do controle do Estado sobre a dinâmica das instituições escolares, deixando um campo aberto para a participação ativa dos professores nas decisões relativas à organização e ao funcionamento das escolas. Contudo, deve-se fazer a ressalva de que, no período posterior ao 25 de abril, estas conquistas teriam oscilado entre o aprofundamento das práticas e dispositivos tendentes à democratização e

32 Apud F. M. Rodrigues (coord), *O futuro era agora: O movimento popular do 25 de abril*, Lisboa, Dinossauro, 1994.

33 A. Teodoro, “Mobilização educativa em tempos de crise revolucionária. Periferia e centro no processo de democratização das escolas (1974-1976)”, *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho, Ano 17, n. 2, 2004. Acesso em 05.11.2010, <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=37417207>.

34 Idem, p. 184.

as sucessivas reformas tendentes à burocratização e à contenção da gestão democrática, tal como avaliou Licínio Lima.³⁵

De qualquer modo, os exemplos assinalados nos permitem afirmar que a capacidade de exercer pressão política, bem como as demonstrações de competência profissional materializadas em ações e associações coletivas de professores são estratégias exemplares das possibilidades de reconversão da posição ocupada pela categoria docente nos jogos de poder. Assim, as experiências de associativismo docente expressam, em certa medida, as expectativas partilhadas por grupos significativos de professores, cuja visão de mundo e da política interferem, direta ou indiretamente, nas políticas de Estado, na regulação da carreira docente e no funcionamento da escola.



35 L. Lima, “Vinte e cinco anos de gestão democrática em Portugal”, 2001, mimeo. De acordo com Lima, o Decreto 769-A/1976, de 23 de outubro de 1976, que regulamentou as estruturas de gestão das escolas de ensino preparatório e secundário, à época (hoje segundo e terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário), reconfigurou os processos autogestionários em curso à época, estabelecendo normas nesse sentido, mas, também, burocratizando a participação espontânea dos professores, em longas e concorridas assembleias, na medida em que imputa este poder aos conselhos diretivo e pedagógico criados pelo referido decreto.